



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE CATALÃO
------------------------	-----------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/06/2012 a 31/05/2013
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
-------------	---

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.235
2	Processos remanescentes do período anterior	117
3	Processos resolvidos	1.222
4	Produção	90%
5	Processos pendentes de solução em maio de 2013	186
6	Processos de execução remanescentes do período anterior	637
7	Execuções iniciadas no período correicionado	341
8	Processos recebidos na fase de execução no período correicionado	89
9	Execuções encerradas no período correicionado	465
10	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	280
11	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	9
12	Execuções no arquivo provisório em maio de 2013	344
13	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas) em maio de 2013	116
14	Total de execuções (soma dos itens 10, 11, 12 e 13)	749
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	135
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	138
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	30
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS NO PERÍODO CORREICIONADO		
17	Cartas precatórias expedidas	106
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	120
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	61
20	Número de processos recebidos no período correicionado anterior	1.667
21	Número de processos recebidos no período correicionado	1.235
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-26%
23	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	910
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	749
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	-17,69%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	ARMANDO BENEDITO BIANKI
Juiz Auxiliar	ELIAS SOARES DE OLIVEIRA
Juiz Substituto	

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X		X	X
Auxiliar fixo	X		X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	0
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	105
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	42
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	30

* Não foram realizadas audiências unas, uma vez que a Unidade fraciona as audiências submetidas ao Rito Sumaríssimo.

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	13
Ordinário	18

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	585
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	18
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	10

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	29,92
--	-------

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	2
Ordinário	3

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular		
Juiz Auxiliar (se houver)	X	
Juiz Substituto (se houver)		

Em alguns casos.

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	4
--	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	21
Ordinário (segundo diretriz da Administração - 70 dias)	62

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	38%	

2.9 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	7%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	50%

2.10 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Edison Vaccari	07/12	133	61	6	6	5	8	0
	08/12	63	21	13	10	2	9	0
	09/12	20	21	8	10	1	1	0
	10/12	20	11	4	6	10	3	1
	11/12	0	5	0	12	3	1	0
	12/12	0	16	0	5	0	0	0
	01/13	0	18	0	2	0	0	0
	02/13	0	1	1	0	3	0	0
	03/13	0	0	0	0	1	0	0
	04/13	0	2	0	0	0	0	0
	TOTAIS	236	156	3	5	25	22	1
Elias Soares de Oliveira	06/12	59	13	0	1	10	8	0
	08/12	53	13	1	0	1	1	0
	09/12	84	27	1	4	3	6	0
	10/12	77	30	1	1	2	1	0
	11/12	137	27	0	2	2	1	0
	12/12	57	18	0	1	3	0	0
	01/13	89	68	0	0	1	5	0
	02/13	194	47	1	0	2	3	0
	03/13	0	13	5	1	2	0	0
	04/13	137	33	0	0	3	0	0
	05/13	60	24	0	1	2	3	0
	TOTAIS	947	313	1	1	31	28	0
Armando Benedito Bianki	02/13	106	19	2	0	0	3	0
	03/13	172	59	2	3	2	5	0
	04/13	133	43	1	2	7	2	0
	05/13	133	37	0	0	4	8	1
	TOTAIS	544	158	1	1	13	18	1

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
GRACIANE CRISTINE TEXEIRA ZALAMENA	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
PAULO ANTÔNIO DA CUNHA	ASSESSOR DE DIRETOR	EFETIVO
CLÁUDIO DE ALCÂNTARA FERREIRA	ASSISTENTE 5	EFETIVO
MÁRA CRISTINA MACHADO RODRIGUES	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	EFETIVO
MELQUIOR DE OLIVEIRA ARAÚJO	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	EFETIVO
ISABELA ABUD BARBOSA	ASSISTENTE 2	EFETIVO
ANTÔNIO COELHO DE OLIVERIA FILHO	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
RENATA RIBEIRO BORGES MELO	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
PAULO JONAS DA SILVA		EFETIVO
SÔNIA SEBASTIANA PEREIRA MATOS		EFETIVO
THERESA ROSA DE LIMA MELO		EFETIVO
JÉSSICA DA SILVA DANTAS		ESTAGIÁRIA
FRACISCO JACKIEL DE MELO MATOS		ESTAGIÁRIO
MATHEUS FERREIRA DE MELO		MENOR APRENDIZ

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	18
Notebooks	1
Impressoras	7
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	2
Leitores óticos	2

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	3

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da integra dos processos, quando da implantação do processo digital?		X	
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Quinzenalmente.
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?		X	
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	X		
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		808/2012-27, 1711-96/2011

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?		X	A unidade procede à intimação dos sócios para pagar, nos termos do disposto no artigo 475-J do CPC.
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?		X	
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.		X	
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		X	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ n° 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
25	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ n° 30/2012 e 32/2012?	X		
26	É utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ n° 40/2013?	X		
27	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ n° 401/2013?	X		
28	Informe o número de servidores com certificação digital e devidamente cadastrados no Pje-JT, quando for o caso.	-	-	
29	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2013? Em caso afirmativo, cite-as.	X		Resta apenas 01 processo pendente de solução distribuído até 31/12/2009: 91100-63.2009.

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

5.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 - A observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que, em processos em que figura como parte pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas e dos acordos homologados;		X	
5.2 - Que a secretaria dê prosseguimento nos feitos que se encontram com data-limite vencida, conforme os relatórios do módulo de gerenciamento de processos do SAJ (BIRO), conforme apurado no Relatório da Correição no item 6.2;	X		
5.3 - A observância pela secretaria do disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/80, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de intimação, nas ações de execução fiscal, o número das certidões de inscrição na dívida ativa (CDA's);	X		
5.4 - Que o oficial de justiça fotografe os bens no ato da penhora, disponibilizando-se as fotografias na rede mundial de computadores, conforme dispõe o artigo 311, § 1º, do PGC;	X		Atendido Parcialmente.
5.5 - A observância das determinações contidas nos artigos 53, inciso I, e 83, § 1º, ambos do PGC, quanto à necessidade de se registrar no SAJ18 o CPF/CNPJ das partes demandadas, quando do cadastramento das petições iniciais ou, não tendo sido informado nos autos, colher tais dados em audiência, inserindo-os posteriormente no sistema informatizado; e	X		
5.6 - O lançamento dos levantamentos de créditos trabalhistas e de custas no sistema SAJ18, na fase de conhecimento e execução, inclusive quando da interposição de recurso, bem como os recolhimentos fiscais e previdenciários, nos termos dos artigos 164 e 171 ambos do novo PGC.	X		Atendido Parcialmente.

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZOU o Check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 635-66.2013; 541-21.2013; 534-29.2013; 378-41.2013; 299-62.2013; 1438-83.2012; 1420-62.2012)
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇOU no SAJ os valores decorrentes dos acordos, descumprindo, integralmente o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 635-66.2013; 541-21.2013; 534-29.2013; 378-41.2013; 299-62.2013; 1438-83.2012; 1420-62.2012)
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 1078-51.2012, 1231-84.2012, 808-27.2012, 883-66.2012, 917-41-2012 e 1189-35.2012) .
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que na Vara do Trabalho NÃO são proferidas sentenças líquidas (processos: 1078-51.2012, 1231-84.2012, 808-27.2012, 883-66.2012, 917-41-2012 e 1189-35.2012) .
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença, de forma eletrônica, conforme convênios com os órgãos destinatários (processos: 808-27.2012, 917-41-2012 e 1189-35.2012) .
6	No processo a seguir relacionado, com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 86 do PGC, ao expedir ofício ao INSS, bem como encaminhar, via mensagem eletrônica, à Procuradoria Geral Federal, cópia das sentenças, nos casos em que haja reconhecimento de conduta culposa do empregador nas ações que tiverem por objeto acidente de trabalho (processo: 808-27.2012)
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são CUMPRIDAS as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC AS DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 76 E 81 DO PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 1260-37.2012, 1103-64.2012, 1276-88.2012, 1167-74.2012, 1297-64.2012, 1355-67.2012, 1248-23.2012 e 999-72.2012)
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de CONTA PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: 1260-37.2012, 1103-64.2012, 1276-88.2012, 1167-74.2012, 1297-64.2012, 1355-67.2012, 1248-23.2012 e 999-72.2012)
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes às parcelas do acordo pagas mediante conta particular, cumprindo o disposto no artigo 163, § 1º do PGC (processos: 1260-37.2012, 1103-64.2012, 1276-88.2012, 1167-74.2012, 1297-64.2012, 1355-67.2012, 1248-23.2012 e 999-72.2012)
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 3º do artigo 177 do PGC (processos: 1355-67.2012, 1248-23.2012 e 999-72.2012)

Item	Constatações
11	Ao verificar, em 02-07-2013, os andamentos dos processos no SAJ, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que a Secretaria da Vara procede ao lançamento dos códigos com regularidade, atendendo, atempadamente, as solicitações da Corregedoria referentes à correção dos andamentos equivocados.
12	Ao verificar, em 02-07-2013, os Grupos e Subgrupos da ferramenta Bir6, do sistema informatizado SAJ-18, não foi constatado a existência de processos com data limite vencida.
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução (processos: 544-44.2011, 1243-35.2011, 801-35.2012, 210-73.2012, 161-66.2011, 1858-25.2011 e 1128-77.2012);
14	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPensa", indicando o motivo, conforme determinação do Juízo (processos: 1243-35.2011, 801-35.2012, 210-73.2012, 161-66.2011, 1858-25.2011 e 1128-77.2012)
15	Nos processos verificados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho remete os autos ao arquivo provisório, SEM a respectiva decisão judicial. (processos: 801-35.2012, 210-73.2012, 161-66.2011, 1858-25.2011 e 1128-77.2012)
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho registra no sistema judicial de primeiro grau, a inclusão da UNIÃO (PROCURADORIA-GERAL FEDERAL) no pólo ativo da execução.(processos: 854-16.2012, 1380-80.2012, 785-81.2012, 891-43.2012, 770-15.2012, 1316-70.2012 e 1133-02.2012).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a decisão de homologação dos cálculos contém todas as diretrizes para o reclamado comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias por meio da guia GPS e preenchimento da guia GFIP, conforme disposto no 177 do PGC (processos: 854-16.2012, 1380-80.2012, 785-81.2012, 891-43.2012, 770-15.2012, 1316-70.2012 e 1133-02.2012).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 175 do PGC e na Portaria do Ministério da Fazenda nº 435/2011 ao dispensar a intimação da União acerca da conta de liquidação, em razão do valor apurado ser inferior ao teto (processos: 854-16.2012, 1380-80.2012, 785-81.2012, 891-43.2012, 770-15.2012, 1316-70.2012 e 1133-02.2012).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara recolhe a contribuição previdenciária conforme o procedimento previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 177 do PGC, nos casos em que o executado deposita o valor total da execução em conta judicial (processos: 785-81.2012, 891-43.2012, 770-15.2012 e 1316-70.2012).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 1380-80.2012, 785-81.2012, 891-43.2012 e 770-15.2012).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que o procedimento adotado pela Vara do Trabalho na execução é o previsto no artigo 475-J do CPC, citando o executado, via diário de justiça eletrônico, a pagar no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (processos: 819-56.2012, 496-51.2012, 1129-62.2012, 294-74.2012 e 707-87.2012)

Item	Constatações
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho exaure as iniciativas a fim de se encontrar bens do executado para constrição, independentemente do requerimento do exequente, utilizando sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, conforme disposto no artigo 159 do PGC (processos: 819-56.2012, 238-41.2012, 496-51.2012, 1129-62.2012, 294-74.2012 e 707-87.2012).
23	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 313-80.2012 e 638-55.2012).
24	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a Vara do Trabalho INTIMA, via postal, os sócios para pagarem a dívida, no prazo de quinze dias (artigo 475-J do CPC), EM DESACORDO com o procedimento previsto na alínea "g" do inciso V do artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que estabelece a obrigatoriedade de CITAÇÃO do sócio para indicar bens da empresa ou garantir a execução, no prazo de 48 horas (processos: 294-74.2012, 707-87.2012 e 819-52.2012).
25	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara NÃO INTIMOU o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo-se o disposto no artigo 346 do PGC (processos: 1096-72.2012; 1145-16.2012; 295-25.2013; 413-98.2013; 507-46.2013).
26	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 904-76.2011, 888-25.2011, 410-80.2012, 585-74.2012 e 1373-88.2012).
27	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho certifica os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, conforme o disposto no art. 128 do PGC (processos: 904-76.2011, 888-25.2011, 410-80.2012, 585-74.2012 e 1373-88.2012).
28	Nos processos a seguir relacionados, verificados em 10/06/2013, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 904-76.2011, 888-25.2011, 585-74.2012 e 1373-88.2012).
29	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 02/07/2012 e 25/04/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 11 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 9 (nove) processos.
30	Analisados por amostragem os atos processuais no período correccionado, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 2 (dois) dias, conforme previsto no artigo 189, inciso I do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 2 (dois) dias, em acordo com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.
31	Analisados os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 3 (três) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 4 (quatro) dias para julgamento de incidentes na fase de execução (Processos: 1021-33.2012; 1939-71.2011; 1759-55.2011; 742-47.2012; 422-60.2013; 177-49.2013; 1273-36.2012).